

Ética da diversidade na abordagem da deficiência

Há duas formas distintas de se pensar a deficiência: uma, mais antiga, se baseia no modelo médico; a outra, representando a tendência atual, baseia-se no modelo social.

O modelo médico tem como principal característica a descontextualização da deficiência, isto é, toma-a como incidente isolado e sem relação com questões de interesse público e relevância econômica, política ou social. No enfoque do modelo médico, o *problema* reside na pessoa, com consequências somente para ela e sua família, ficando a sociedade isenta de qualquer responsabilidade e compromisso para com a desconstrução de processos de discriminação. A *cura* ou *quase cura* das lesões e limitações torna-se condição para acesso a determinados direitos.

Já o modelo social considera que a maior parte das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência resulta da forma como a sociedade trata as limitações físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas de cada indivíduo. A deficiência é entendida como construção coletiva e condição flexível, não necessariamente permanente. Afinal, se as barreiras de acesso são removidas, a relação de desvantagem passa a ser parcial ou, mesmo, completamente abolida.

O modelo social está relacionado ao desenvolvimento inclusivo e à ética da diversidade, que combate a homogeneidade e privilegia ambientes heterogêneos, celebrando toda e qualquer diferença entre pessoas. Cada um, da forma como é, contribui com sua experiência e seus recursos, em benefício de todos. Do ponto de vista da ética da diversidade, as pessoas com deficiência não representam um equívoco, um deslize da natureza que gerou seres anômalos, a serem *aceitos*, *tolerados*, ou *respeitados*.

Estratégias vêm sendo incorporadas por organizações empresariais, governamentais e não governamentais — regionais e internacionais —, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, na busca de alianças e ações que gerem programas e políticas públicas inclusivas. Beneficiam-se não só as pessoas com deficiência, como outros grupos em situação de vulnerabilidade, como crianças trabalhadoras, coletores de lixo, indígenas, pessoas com vírus HIV e pessoas com orientação homossexual.

No que se refere à implementação de políticas de desenvolvimento inclusivo, a ética da diversidade deve ser sistematicamente trabalhada e incentivada pelos meios e profissionais de comunicação, levando-se em conta orientações como:

- 1) Manter, ao escrever sobre deficiência ou ao analisar qualquer política pública, o mesmo rigor que caracteriza a abordagem de temas de outras áreas, como a econômica, por exemplo, entre outras.
- 2) Desconfiar de qualquer enfoque que marque pessoas com deficiência como pertencentes a um grupo homogêneo de cidadãos. (Exemplo: crianças com síndrome de Down têm sempre muito carinho para dar...)
- 3) Lembrar que sobre-estimar pessoas com deficiência, transformando-as em super-heroínas, é tão discriminatório quanto subestimá-las, porque ambos os enfoques lhes tiram o direito à individualidade.
- 4) Desenvolver uma visão crítica de discursos que valorizam ambientes homogêneos como ideais para o desenvolvimento humano.
- 5) Provocar e/ou reforçar alianças entre profissionais de diferentes áreas.
- 6) Tomar como base para suas reflexões e análises diárias as seguintes associações: modelo médico/ambiente homogêneo e modelo social/ambiente heterogêneo.

Partindo-se do princípio de que os modelos médico e social não se apresentam de forma clara, como aprender a diferenciá-los? O quadro a seguir põe lado a lado as características de cada um, de modo a evidenciar suas diferenças.

MODELO MÉDICO	MODELO SOCIAL
A deficiência quando analisada sob o modelo médico se torna:	A deficiência quando analisada sob o modelo social se torna:
Um incidente isolado, individual e, no máximo, familiar.	Um tema de direitos humanos e de desenvolvimento inclusivo sustentável.
Um caso médico e funcional a ser tratado, curado ou resolvido.	Um assunto de interesse público universal.
Uma interferência capaz de prejudicar a eficácia do trabalho dos professores das escolas de ensino regular.	Um valor agregado ao trabalho desenvolvido pelos professores das escolas de ensino regular.
Algo que vitimiza pessoas, impedindo-as de sobreviver e de se manter como adultas por outros meios para além do assistencialismo.	Um fator a mais para que uma pessoa adulta conquiste autonomia e se torne sujeito de qualquer direito, participando ativamente das decisões de sua comunidade e nação.
Uma <i>doença</i> que infelizmente atinge certas pessoas.	Um tema imprescindível na avaliação do impacto social dos programas para reduzir pobreza, garantir educação básica e bons níveis de empregabilidade para a população.
Um número a ser considerado em programas de reabilitação e/ou campanhas de prevenção de deficiência.	Uma estratégia para se lidar com qualquer forma de diversidade: regional, linguística, cultural, entre outras.
Um fardo oneroso para a sociedade.	Um pré-requisito para se pensar em políticas públicas inclusivas e formar novas coalizões intersetoriais.
Uma condição anômala que não se entrelaça com etnia, gênero ou religião.	Uma condição humana que se entrelaça com qualquer outra.
Tema abordado pela mídia apenas nos dias de celebrações relacionadas a deficiência.	Tema que faz parte do dia a dia das redações, mobilizando a mídia como o fazem economia, cultura, esporte ou lazer.
Um fator que necessariamente prejudica o desenvolvimento de uma comunidade porque reduz a capacidade produtiva das pessoas, impedindo-as de obter ganhos de qualquer natureza.	Um fator que só prejudica o desenvolvimento de uma comunidade se as pessoas com deficiência continuarem invisíveis, sem acesso a bens e serviços disponíveis.
Um assunto de política especial, raramente contemplado nas políticas públicas gerais.	Uma prioridade na abordagem dos problemas enfrentados pelas populações em situação de vulnerabilidade.

Texto adaptado das publicações *Manual da Mídia Legal 3 — Comunicadores pela Saúde e Manual sobre Desarrollo Inclusivo Para los Medios y Profissionais de la Comunicación*, ambas editadas pela Escola de Gente Comunicação em Inclusão. As publicações podem ser acessadas em www.escoladegente.org.br